

EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA

NOS 50 ANOS DE ABRIL, A DEMOCRACIA DOS RICOS MOSTRA OS SEUS LIMITES



**COMEMORAR ABRIL É LUTAR
POR UMA NOVA REVOLUÇÃO**

JUNTA-TE A NÓS NA MANIFESTAÇÃO DO 25 DE ABRIL



EDITORIAL

Os partidos do regime numa confusão

Após a queda precipitada da maioria absoluta do PS, a vitória apertada da AD, herdeira de Passos Coelho, coloca as perspetivas políticas nacionais sob uma nebulosa.

Luís Montenegro assume o governo em meio a uma grande confusão para eleger o presidente da Assembleia da República, mostrando que não haverá um governo de estabilidade. Os 50 deputados do Chega, e a possibilidade de que venham a ser ainda mais em futuras eleições, colocam os partidos do regime, principalmente PS e PSD, diante de várias incógnitas. Vai o PS servir de salvaguarda à AD, quando o Chega impuser as suas vontades, como fez no caso da Assembleia da República? O facto é que quanto mais a AD e o PS dão as mãos, mais se afundam na lama em que se colocaram. A AD (PSD/CDS) vai fazer um governo clássico da direita sem responder aos problemas sociais do país. Mais: a composição do governo, e a pressão que irá ter da IL e do Chega, faz antever o seu caráter fortemente neoliberal e contra os trabalhadores, que trará ainda mais destruição dos serviços públicos e a privatização do

pouco que resta nas mãos do Estado. Também é verdade que o PS, com ou sem o BE e o PCP, trouxe-nos até à situação atual, pelo que não é alternativa. Contudo, o Chega não é uma rutura com o regime, é sim um aprofundar dos graves problemas que enfrentamos, pelo seu programa de destruição de direitos (democráticos e sociais).

Passados 50 anos do 25 de abril, a democracia dos ricos está perante uma grave crise e mostra os seus limites, colocando importantes desafios à classe trabalhadora. Governo a governo as conquistas de Abril vão sendo destruídas e a necessidade de uma nova revolução é ainda mais premente.

É vital debatermos a situação atual diante da possibilidade de uma renovada onda de ataques, de insegurança associada ao crescimento explosivo do Chega e de crise do regime democrático no país. Como chegamos até aqui? Quais são as perspetivas? Qual a saída? Tentaremos, neste jornal, responder a estas e outras perguntas e convidamos todos os que estejam interessados, a desenvolver ainda mais este debate connosco.

A falência da democracia dos ricos



Dentro dos limites da democracia dos ricos, na melhor das hipóteses, o que está colocado é lutarmos para perder por pouco. Esta não é a nossa democracia. Defendemos os nossos direitos e liberdades democráticas dentro dela, mas não a sacralizamos: pelo contrário, queremos superá-la para o bem da nossa sobrevivência enquanto espécie e da sobrevivência do nosso planeta.

Esta democracia e suas instituições não são fruto da vitória da revolução, mas sim do fim do processo revolucionário. Após meses de crise revolucionária, a saída para a classe dominante foi o acordo entre PS, PCP e MFA, à época forças maioritárias da classe operária portuguesa, consolidando a democracia dos ricos para derrotar as ocupações, as expropriações dos grandes patrões e latifundiários que semeavam a miséria, as greves espontâneas, o poder e a democracia operária

e popular nas ruas, e evitar também o internacionalismo anticolonial e antirracista, que ameaçava o ideário racista de um país colonizador. Assim que possível, a democracia dos ricos tratou de eliminar os resquícios dessa revolução, retirando pouco a pouco as conquistas e fazendo as instituições funcionarem a seu favor.

Hoje vivemos uma democracia na qual somos autorizados, de 4 em 4 anos, a validar, dentro das escolhas altamente financiadas pelo poder, quem será o capataz dos trabalhadores e da juventude. Não é nossa e, por essa razão, é, ao dia de hoje, para boa parte dos trabalhadores impossível ter casa própria para si e para os seus, obrigatório prolongar as jornadas laborais com deslocações cada vez mais longas, ter os serviços públicos degradados e ver as condições de vida em franco declínio.

A crise não superada de 2008, a Geringonça e o esgotamento do regime

A crise económica de 2008 impôs a necessidade da burguesia imperialista destruir as conquistas da classe trabalhadora para estabelecer um novo patamar de exploração. A partir destes ataques, tivemos de um lado, a classe trabalhadora que se levantou em diversos países da Europa e, do outro, as suas direções que priorizaram a estabilidade do regime e os acordos com os de cima.



Portugal vive um processo de profunda decadência na sua localização na divisão mundial do trabalho desde os anos 80/90 com a integração na União Europeia (1986) e as grandes privatizações dos setores estratégicos da economia nos anos 90. Este processo de dependência e semicolonização deu um salto de qualidade com a intervenção da Troika em Portugal (2011), pois concluiu-se a privatização do que ainda restava dos setores estratégicos da economia, que passaram para o capital estrangeiro (CTT, TAP, Aeroportos, PT/MEO/Altice, etc.), e acabou o último grande banco de capital portu-

guês – o Banco Espírito Santo. Tornou-se regra a intervenção direta da UE sobre os desígnios da economia portuguesa. Por isso, a crise de 2008 e a intervenção da Troika significaram um rebaixamento muito grande dos direitos e condições de vida da classe trabalhadora, que nunca foram recuperados pela Geringonça — ou pelo governo de maioria absoluta do PS que a sucedeu.

Após as fortes contestações sociais contra as medidas da Troika, o país viveu uma viragem política à esquerda, mas a esquerda portuguesa (BE e PCP) arrastou o descontentamento das lutas para o voto.

Isso levou a que o BE e o PCP elegeassem, respetivamente, 19 e 17 deputados. Contudo, a resposta da esquerda parlamentar foi de viabilizar o governo do PS, através da Geringonça. Esta não inverteu o rumo de destruição do país, nem recuperou o país dos sacrifícios que o governo de Passos Coelho/PSD impôs.

A esquerda parlamentar fez assim o jogo dos donos do país, tratando a democracia dos ricos como um fim em si mesmo, lutando apenas dentro do sistema, concentrando as suas forças para defendê-lo e não para construir uma alternativa para

a classe trabalhadora. No contexto dessa crise, a extrema-direita surgiu como último reduto de setores importantes das classes dominantes, desesperadas por um novo patamar de exploração e lucro. Não negando a profunda crise, e a sua incapacidade em superá-la, a classe dominante joga em dois tabuleiros, iludindo-nos com a defesa de uma democracia que não é nossa e oferecendo ao mesmo tempo um regresso aos tempos da ditadura, um regresso a um suposto passado glorioso, onde tudo estava em seu lugar (para eles).

FICHA TÉCNICA

Registo: 127652

Diretora: Flor Neves

Proprietária/Editora: Cristina Portella
Sede da redação e edição: Rua Carlos Mardel, 05, Cave

Gráfica: AGL Artes Gráficas Lisboa – Beco do Alegrete Lisboa

Tiragem: 100

Colaboradores: António Tonga, Cristina Portella, Érica Lemos, Maria Silva, Marina Peres, Joana Salay, João Reis, João Viegas

Nota: Estamos numa nova fase do nosso jornal. Após 32 edições, passamos a editar o nosso jornal com o número de registo. Por isso este é o Jornal Em Luta nº14 – Nova Fase.

Governo da AD: nada de bom a esperar

Oposição frontal ao Governo de Luís Montenegro!

Não podemos perder a memória do que foi o legado do último governo do PSD/CDS: austeridade, precariedade e submissão do país frente aos interesses dos grandes capitalistas da UE.

Luís Montenegro não só não é crítico a este período, como compõe um Governo que estará disposto a aprofundar ainda mais o projeto de país imposto pelos tempos da Troika. Se os governos do PS, com a Gerinçõa incluída, trouxeram uma

forte crise social, de baixos salários, habitações caras e SNS e educação em crise, a AD vai aprofundar ainda mais este projeto de país que apenas favorece os ricos. Os ministros de áreas centrais do Governo – Saúde, Educa-

ção, Trabalho – têm posições a favor da desregulação dos direitos, de apoio a cortes salariais e nas pensões e de apoio à privatização de serviços públicos essenciais. Este Governo vai também fazer acordos e negociações com a IL e Chega, que

vão exigir contrapartidas ainda mais neoliberais para darem o seu apoio ao Governo. Não nos enganemos, não há nada de bom a esperar deste Governo e a classe trabalhadora tem de organizar a sua luta desde já!

Unificar a classe para lutar em defesa dos direitos, combater o Governo de Luís Montenegro e a extrema-direita!

Construir uma alternativa da classe trabalhadora independente do PS!

O novo Governo coloca a necessidade de que as direções sindicais e partidárias das organizações maioritárias da classe trabalhadora, principalmente a CGTP e os seus sindicatos, em unidade com os movimentos sociais e sindicatos da UGT e independentes, construam desde já a mobilização para enfrentar os ataques que virão deste Governo.

A mais ampla unidade para lutar contra os ataques que virão é uma necessidade central da classe trabalhadora, e ainda mais em tempos de crise como os que vivemos. Contudo, não será possível combater o Governo da AD e a extrema-direita, de mãos dadas com o PS e focando exclusivamente na disputa dentro do parlamento. A esquerda parlamentar, BE e PCP, deve resistir à AD e ao Chega no parlamento. Contudo, se pretendem uma



alternativa política ao Chega, não podem novamente jogar água no moinho do PS.

É preciso organizar a mobilização nas ruas, bairros e locais de trabalho e construir uma

alternativa para que a classe trabalhadora seja a referência.

As mentiras do Chega

Devemos reconhecer que o crescimento da extrema-direita em Portugal está intrinsecamente ligado a crises mais profundas, refletindo descontentamentos reais e acentuando a polarização social. O Chega emerge como uma força política que busca capitalizar esse descontentamento. O seu discurso supostamente anticorrupção e populista esconde a sua verdadeira agenda: servir os interesses dos grandes empresários e dos super-ricos. De facto, longe de ser contra o sistema, o Chega é financiado pelos grandes burgueses que se beneficiam do *status quo* atual, revelando a sua verdadeira lealdade aos interesses da elite económica.

O Chega é financiado por indivíduos e grupos empresariais que lucram com políticas neoliberais e autoritárias, às custas dos direitos e bem-estar da classe trabalhadora. Assim, André Ventura diz ser contra a corrupção, mas é sustentado financeiramente por super-ricos como Champalimaud. Defende mais PPPs e *Vistos Gold* (berços da corrupção), a destruição ainda maior dos direitos da

classe trabalhadora e o racismo e a xenofobia para garantir os lucros dos seus financiadores. É uma demagogia sem tamanho quando André Ventura diz que vai defender a melhoria das condições de vida de quem trabalha. O Chega tem no seu programa medidas que levariam à destruição dos serviços públicos, porque pretende igualá-los aos serviços privados, dando mais dinheiro do Estado para os ricos e fazendo com que quem trabalha pague ainda mais pelos serviços e receba ainda menos pela Segurança Social. Tampouco o Chega apresenta propostas para o combate à precariedade e aos baixos salários.

Para esconder a sua demagogia, André Ventura tenta jogar a responsabilidade da crise social nas costas dos imigrantes, o que é uma grande mentira. Os imigrantes contribuem para o crescimento do país e não são subsídio-dependentes. André Ventura aponta a mira para os setores mais oprimidos e explorados da sociedade com um discurso identitário racista nacional, que traz consigo os fantasmas do salazarismo e do

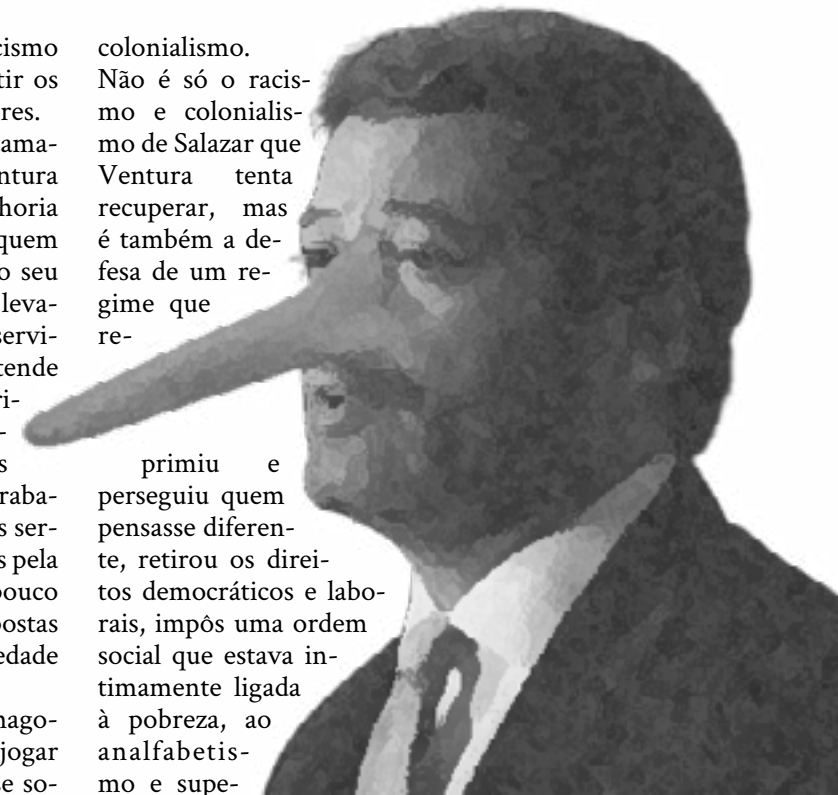
colonialismo. Não é só o racismo e colonialismo de Salazar que Ventura tenta recuperar, mas é também a defesa de um regime que re-

primiu e perseguiu quem pensasse diferente, retirou os direitos democráticos e laborais, impôs uma ordem social que estava intimamente ligada à pobreza, ao analfabetismo e superexploração.

É para que esse passado fique verdadeiramente para trás que comemoramos Abril, passado este que o Chega quer trazer de volta.

André Ventura tampouco defende a soberania nacional de Portugal, pois pretende continuar no Euro e na UE, aceitando as suas regras e imposições

que impedem uma verdadeira mudança do país. Não é possível defender os serviços públicos, as empresas estratégicas do país, o emprego com qualidade e os direitos dos trabalhadores e povo pobre dentro da UE e do Euro, que só servem os interesses dos grandes capitalistas.



A UE, o neoliberalismo e a falta de alternativa dentro do capitalismo

Em 1987, deu-se início ao “Ato Único” para estabelecer o Mercado Único Europeu, promovendo a total liberdade de movimento de capital, com maior facilidade para se locomover do que as pessoas. Para uma nova fase de acumulação capitalista, era necessário destruir o estado de bem-estar social conquistado pela classe trabalhadora. Desta forma, a nova fase do “projeto europeu” marcou o

início de uma investida neoliberal que visava minar as conquistas sociais alcançadas desde o pós-guerra. O passo seguinte foi a implementação da moeda única europeia, com o Tratado de Maastricht em 1991, que foi acompanhado por uma série de medidas de austeridade e reformas contrárias aos interesses sociais, lideradas por governos social-democratas. Por toda a Europa os PS's co-

meçaram a protagonizar a retirada de direitos e a flexibilização das relações laborais, contando com a cumplicidade da maior parte dos sindicatos, muitas vezes dirigidos por partidos comunistas. Esse processo de retirada de direitos levou a um esvaziamento dos sindicatos e das organizações da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que a destruição do estado de bem-estar social, a

maior concentração de riquezas e a livre circulação de capitais, esmagou um amplo setor das classes médias do campo e da cidade.

Ano após ano, eleição após eleição, aprofundam-se a crise social e a falta de perspectiva. A UE que se diz democrática, impõe regras e tratados aos países, onde os governos eleitos determinam muito pouco.

Continua na próxima página...



A repressão aos descontentes que se mobilizam tem sido uma marca da Europa, como vimos em França e Estado Espanhol, mas também em Portugal com as requisições civis e a polícia contra os trabalhadores em greve, durante o governo da Geringonça (PS, BE e PCP). A UE é ainda mais dura com os imigrantes que tentam aqui chegar por melhores condições de vida, deixando abandonados à morte milhares de pessoas no Mediterrâneo. Assim, os ditos valores

democráticos são combatidos pela própria UE, que contém na sua essência a naturalização da repressão e da ideia de que existem cidadãos de primeira e segunda categoria. A dificuldade em criar alternativas entre a classe trabalhadora é cada vez mais marcante e determinante. A social-democracia europeia tornou-se a grande direção burguesa do projeto europeu, levando a crises profundas dos PS à Europa. O PCP, que sobreviveu à restauração do

capitalismo no Leste, paga agora a fatura dos anos de colaboração com a burguesia nacional, nomeadamente através do seu papel nos sindicatos. As novas direções que surgiram e significaram uma viragem à esquerda no seguimento das lutas contra a Troika, Podemos no Estado Espanhol, Syriza na Grécia e também Bloco de Esquerda em Portugal, não corresponderam às expectativas. Preferiram jogar mais ilusões no projeto europeu e na democracia dos ricos,

não permitindo que a classe trabalhadora fosse dirigente de um projeto alternativo à crise social. Assim, não nos surpreende que, como consequência da deterioração das condições de vida, das desilusões e falta de perspetiva, fortaleçam-se forças políticas como a extrema-direita europeia. O demagógico discurso antissistema de partidos como o Chega coincidem com um setor da classe trabalhadora e numa classe média descontente e sem alternativa.

É preciso um novo projeto de país!

Desta maneira, construir outra direção política da classe trabalhadora, exige apresentar um programa alternativo e radical. Que combata os governos de turno (da direita tradicional ou da social-democracia), bem como a extrema-direita e o seu discurso de ódio e antidemocrático, apontando claramente os responsáveis pela situação em que nos encontramos. Dentro da UE, Portugal é, sobretudo, um fornecedor de mão-de-obra barata e precária. A UE dos ricos é uma máquina de reprimir, submeter e liberalizar e é a grande responsável pela situação em que Portugal se encontra hoje. Os antigos partidos dirigentes da classe trabalhado-

ra optaram por ser uma suposta ala esquerda deste projeto. As novas direções que surgiram não souberam ser uma verdadeira alternativa. Nos 50 anos de Abril, está esgotado o atual regime. É preciso um novo projeto de país, ao serviço dos trabalhadores e dos setores mais oprimidos. Para isso é preciso uma nova direção que afirme que basta de submissão aos grandes países imperialistas. Que é necessário sair do Euro e da UE para quebrar as regras de austeridade, déficit e dívida, e devolver ao Estado o controle sobre a emissão de moeda e a intervenção na economia. Que defenda os serviços públicos, a renacionalização da

banca e das empresas estratégicas sob controlo dos trabalhadores, o emprego digno com direitos para os trabalhadores e o povo pobre, o que não é possível dentro da UE e do Euro. Que defenda o estabelecimento de uma verdadeira união solidária, uma Europa dos trabalhadores e dos povos. É preciso um programa que dê uma batalha pela unidade da classe trabalhadora, contra a destruição moral e ideológica que representam o racismo, a xenofobia, a misoginia e a LGBTIfobia. E que, em oposição à barbárie capitalista, defenda uma alternativa revolucionária que coloque o poder nas mãos dos trabalhadores. Por isso, nos 50 anos de Abril,

refirmamos que não basta celebrar o passado, mas é preciso acima de tudo lutar por uma nova revolução para alcançar um verdadeiro governo dos trabalhadores e uma sociedade socialista. É urgente a construção de uma alternativa da classe trabalhadora e do povo pobre, que apresente um programa de independência de classe, que se coloque contra a exploração e a opressão, por uma sociedade verdadeiramente sustentável, ambiental e socialmente, e que aponte para a necessidade da saída revolucionária e socialista. O Em Luta está ao serviço de construir esse projeto.

Genocídio em Gaza 6 meses de horror e resistência

Os residentes de Khan Younis, no sul de Gaza, regressaram à sua cidade depois do exército israelita tê-la abandonado. “É tudo apenas escombros”, disse um antigo morador. “Animais não podem viver aqui, então como um humano poderia viver?”

CRISTINA PORTELLA

Num artigo para a Aljazeera, Mariam Barghouti, escritora palestina-americana baseada em Ramallah, falou sobre a sua incapacidade de explicar o que é ser um palestino: “Não é tanto pela falta de palavras, mas

pelo reconhecimento de que, se fosse para falar dos horrores, não estou confiante de que aqueles que ouvem suportariam ouvir toda a dor incorporada na experiência palestina.” Mariam tem razão. Já nos é insuportável ver as imagens, ouvir os relatos, ler sobre tudo o

que acontece em Gaza há mais de 6 meses. Ao mesmo tempo, sabemos que é fundamental que essas imagens e esses relatos continuem a ser divulgados. É graças a isso que o estado de Israel está a ficar cada vez mais isolado; que as maiores manifestações de solidariedade interna-

cional desde a guerra do Vietname encham ruas e praças em todo o mundo; que a verdadeira história do povo palestino, vítima da colonização e limpeza étnica israelita há mais de 75 anos, venha sendo revelada amplamente ao mundo.

POR QUE O GENOCÍDIO NÃO ACABA?

Quando sete funcionários da World Central Kitchen, organização que presta auxílio alimentar em áreas de conflito, foram mortos em Gaza devido a um ataque de Israel pareceu que o inabalável apoio do imperialismo norte-americano e europeu à agressão começara a mostrar fissuras. Nos Estados Unidos, o presidente Joe Biden sugeriu, pela primeira vez, que esse apoio estaria a vacilar. No Reino Unido, o secretário

de Relações Exteriores, David Cameron, disse que esse apoio “não é incondicional”. Só palavras, pois até agora nenhuma medida concreta, como o corte da ajuda militar que esses dois países fornecem a Israel, foi adotada. O abalo provocado pelo ataque aos trabalhadores da World Central Kitchen deveu-se, em grande medida, pelo facto de serem, em sua maioria, nacionais de países não árabes, como Grã-

Bretanha, Austrália, Polónia, Canadá e EUA, e apenas um palestino. Os quase 200 trabalhadores humanitário assassinados até agora por Israel não provocaram a mesma comoção. Além do apoio político e militar a Israel fornecido pelo imperialismo, grato pelo papel de cão de guarda cumprido pelo estado sionista na defesa de seus interesses na região, há uma segunda razão impor-

tante para a manutenção do genocídio. A cumplicidade e a covardia dos governos árabes, apesar das gigantescas mobilizações contra o genocídio protagonizadas pelos seus povos. Estamos muito distantes dos anos 60, quando Síria, Egito, Jordânia e Iraque, apoiados pelo Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão, enfrentaram Israel na denominada Guerra dos Seis Dias.

COMO ACABAR COM O GENOCÍDIO?

Não sair das ruas, aumentar a mobilização contra Israel, mas também não defender propostas hipócritas e enganadoras como a solução dos dois estados – Palestina e Israel. Esta proposta não é justa, realista ou exequível, como demonstrado no passado, nos Acordos de Oslo, na década de 1990, mas também agora, com a expansão dos colonatos na Cisjordânia e o bombardeamento de Gaza.

O assassinato de mais de 33 mil palestinos em Gaza e outras centenas na Cisjordânia, em grande parte mulheres e crianças, mas também os corajosos combatentes da resistência palestina, não deixa margem a dúvidas. A libertação da Palestina, com a derrota do estado



sionista-fascista de Israel, só será obtida através da luta dos palestinos, em aliança com

os trabalhadores e jovens de todo o mundo, para a construção de um estado laico, demo-

crático e não racista, onde todos os credos e nacionalidades possam viver em paz.

A NOSSA CLASSE

Trabalhadores não querem ser o paraíso das multinacionais

É preciso ir à luta por melhores condições de trabalho

Os trabalhadores da VW Autoeuropa deixam uma mensagem clara de que estão dispostos a ir à luta por um acordo que garanta além de aumentos dignos, melhores condições de trabalho.

JOÃO REIS

Os ritmos de trabalho crescem... e os lucros também. Nos últimos anos, a VW Autoeuropa tem obtido resultados muito elevados, mas a realidade dos trabalhadores não tem

acompanhado. O TROC, apesar da pandemia, das crises da guerra e de fornecedores, tem sido um produto muito importante para o grupo VW. No entanto, as condições de trabalho têm piorado. Os ritmos cresceram a níveis muito elevados, com a elevada velocidade de linha

a que se acresce a rotatividade dos turnos e o trabalho ao fim-de-semana - há 4 anos faziam-se menos 70 veículos por dia e havia cerca de mais 600 trabalhadores - sente-se a falta de mais contratações,

os impactos na saúde dos trabalhadores é enorme e o descaso continua.

NEGOCIAÇÕES DO PRÉ-ACORDO REFLETEM DESCONTENTAMENTO

A empresa está em fase de implementação de um novo ciclo de investimentos para a produção de um novo modelo. Os trabalhadores, sentem a importância crescente que o seu trabalho tem tido nos resultados do

grupo VW, devido a um aumento significativo da sua exploração. É por isso que nestas negociações, apesar de alguns avanços, os trabalhadores chumbaram o pré-acordo recente. Na fábrica de Palmela não se exige

apenas dinheiro, os trabalhadores querem uma melhoria real das condições de trabalho. É necessário reduzir a carga horária,

mais contratações para reforçar as equipas, mais respostas para os trabalhadores que acumulam doenças profissionais.

O GOVERNO DO PAÍS TEM RESPONSABILIDADE NO QUE SE PASSA NO SETOR INDUSTRIAL

O sentimento dos trabalhadores da VW Autoeuropa é transversal a todos os setores laborais. Assiste-se nos últimos anos à generalização das laborações contínuas, do trabalho regular ao fim-de-semana e do aumento da rotatividade dos turnos. É por isso que o que se passa em

Palmela, é o reflexo de uma política de subserviência dos partidos do arco da governação, em transformar o país em paraísos para as grandes empresas, onde a flexibilidade é crescente e os salários são baixos. Mas não só PS e PSD são responsáveis por esta realidade. Foram recentemente

chumbadas propostas no parlamento pelo PS, PSD, IL e com a abstenção do Chega, que procuravam entre outros, reduzir a idade da reforma para quem trabalha por turnos. Também aqui se vê que a extrema-direita liberal (IL) ou conservadora (Chega), nada

traz de solução para quem trabalha. É preciso construir uma forte campanha de exigência ao novo governo do PSD/CDS, que obrigue a melhoria das condições de trabalho, como a redução da carga horária e da idade da reforma.

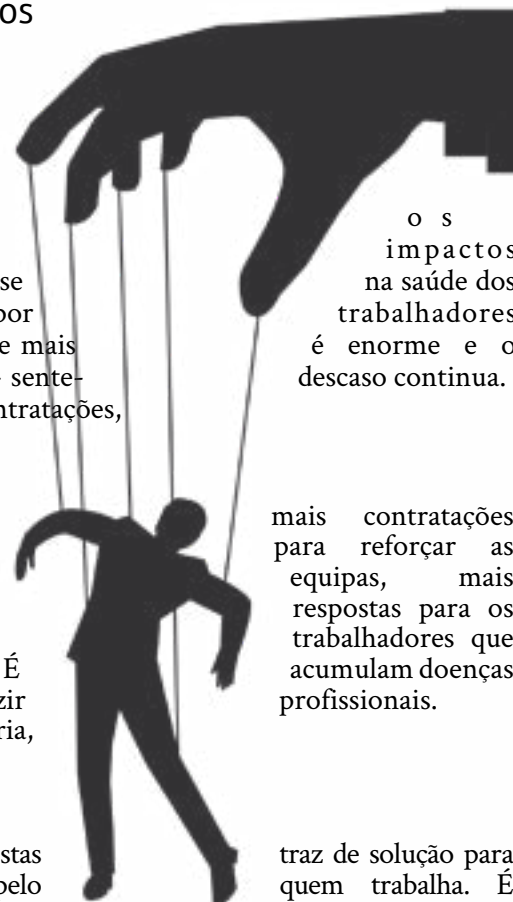
PARA GARANTIR BONS RESULTADOS NA VW AUTOEUROPA E NO PARQUE INDUSTRIAL DEPOIS DO CHUMBO EM REFERENDO, CONSTRUIR UMA RESPOSTA À EMPRESA

A empresa pretende criar a divisão entre os trabalhadores depois da votação que negou o último pré-acordo. Os trabalhadores não podem

ficar à espera. São necessários plenários que unifiquem os trabalhadores e discutam formas de luta caso a empresa não atenda às reivindicações.

A importância deste processo é grande também para todo o Parque Industrial. É por isso que é necessário construir pontes que procurem

fortalecer a luta por melhores condições de trabalho e contrariem o paraíso para as multinacionais em que PS e PSD nos têm transformado.



LANÇAMENTO

"50 ANOS DE ABRIL
UM DEBATE SOBRE REFORMA E
REVOLUÇÃO EM PORTUGAL"

27 DE ABRIL
16H

LOCAL: SIRIGAITA (RUA DOS ANJOS, 12, LISBOA)